

CRÔNICAS ESPORTIVAS

CONTAGEM REGRESSIVA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016 NO BRASIL

CRÔNICA N. 146 DE 05 DE JANEIRO DE 2013.

Data da publicação: 11/02/2013

MEGAEVENTOS E A QUESTÃO AGRÁRIA

Por: Celi Nelza Zulke Taffarel

Faltam 1313 dias para a abertura dos jogos olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro/Brasil. Neste ínterim, provavelmente continuaremos a assistir o retrocesso da Reforma Agrária no Brasil. Isto se a classe trabalhadora da cidade e do campo não reagir. Mas o que a reforma agrária tem a ver com megaeventos? Tudo, porque sem comida, sem se manter em pé, sem se alimentar, os seres humanos não fazem a história. E reforma agrária tem a ver com questões agrícolas, com alimentos, com soberania alimentar. Mas, como dizem os Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). *Só, só sai, só sai Reforma Agrária com a aliança camponesa e operária.*

A Reforma Agrária retrocedeu mostram os números. João Pedro Stedile é um dos que mais vem denunciando este retrocesso. Esta dificuldade de avançar a reforma agrária não é de hoje. Em 2006, em um evento em Viena/Áustria, João Pedro Stedile denunciava: “a proximidade entre as grandes empresas multinacionais e os governos faz parte da estratégia de expansão do capital internacional nas últimas décadas, o chamado neoliberalismo.” Esta fala foi durante a realização da abertura no encontro paralelo à 4ª Cúpula União Europeia - América Latina e Caribe e foi divulgada pela Agência Brasil. Diz Stedile:

Esse modelo tem que derrotar o Estado como agente econômico, investidor, mas ao mesmo tempo, busca a promiscuidade com os governos para poder ter acesso à poupança nacional... A maioria das empresas que dizem que investem no Brasil só adquirem licença para explorar nossos recursos. Tem financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e todo tipo de recurso público para isso.

Segundo Stedile, somam-se forças da burguesia, entre elas a mídia privada e os partidos políticos para que um modelo que está levando o Brasil a barbárie prevaleça.

Por que destaque hoje, dia 05 de janeiro de 2013, esta questão da Reforma Agrária? Porque crescem as denúncias que estamos a beira de um colapso na produção de alimentos saudáveis para a população. Porque crescem as denúncias que estamos avançando para a barbárie, e isto as portas de megaeventos no Brasil.

Segundo Trotsky, para avançar a luta da classe trabalhadora, em torno de suas reivindicações, é necessário reconhecer a tarefa estratégica para o próximo período.

A tarefa estratégica do próximo período - período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização - consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desapontamento da velha geração falta de experiência da nova). É necessário, no processo de suas lutas cotidianas, ajudar as massas a encontrarem a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista da revolução. Esta ponte deve incluir um sistema de reivindicações transitórias; que parta das condições atuais e da consciência atual de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado”. (Trotsky. O Programa de Transição, p. 3)

Por reconhecer que o Programa de Transição, contendo as reivindicações dos trabalhadores, contempla a reforma agrária e o acesso aos demais patrimônios sociais da humanidade, como é o Esporte, por exemplo, é que destaque o artigo recente da Revista Carta Capital de 05 01 de 2013 acessível em: <http://www.cartacapital.com.br/edicao-da-semana/veja-os-destaques-da-edicao-impressa-de-cartacapital-71/>, onde João Pedro Stédile alerta sobre: “O dilema da Reforma Agrária no Brasil do agronegócio” e destaca que: “O governo ainda não

entendeu a natureza e a gravidade dos problemas sociais no campo”. Segue a matéria para ampla divulgação. É preciso chegar às amplas massas estas informações para que a classe trabalhadora consiga encontrar elementos para explicar e agir frente a barbárie que se avizinha rapidamente:

POR JOÃO PEDRO STEDILE Revista Carta Capital 05 01 2013

A sociedade brasileira enfrenta no meio rural problemas de natureza distintos que precisam de soluções diferenciadas. Temos problemas graves e emergenciais que precisam de medidas urgentes. Há cerca de 150 mil famílias de trabalhadores sem-terra vivendo debaixo de lonas pretas, acampadas, lutando pelo direito que está na Constituição de ter terra para trabalhar. Para esse problema, o governo precisa fazer um verdadeiro mutirão entre os diversos organismos e assentar as famílias nas terras que existem, em abundância, em todo o País. Lembre-se de que o Brasil utiliza para a agricultura apenas 10% de sua área total.

Há no Nordeste mais de 200 mil hectares sendo preparados em projetos de irrigação, com milhões de recursos públicos, que o governo oferece apenas aos empresários do Sul para produzirem para exportação. Ora, a presidenta comprometeu-se durante o Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre, em 25 de janeiro de 2012, que daria prioridade ao assentamento dos sem-terra nesses projetos. Só aí seria possível colocar mais de 100 mil famílias em 2 hectares irrigados por família.

Temos mais de 4 milhões de famílias pobres do campo que estão recebendo o Bolsa Família para não passar fome. Isso é necessário, mas é paliativo e deveria ser temporário. A única forma de tirá-las da pobreza é viabilizar trabalho na agricultura e adjacências, que um amplo programa de reforma agrária poderia resolver. Pois nem as cidades, nem o agronegócio darão emprego de qualidade a essas pessoas.

Temos milhões de trabalhadores rurais, assalariados, expostos a todo tipo de exploração, desde trabalho semiescravo até exposição inadequada aos venenos que o patrão manda passar, que exige intervenção do governo para criar condições adequadas de trabalho, renda e vida. Garantindo inclusive a liberdade de organização sindical.

Há na sociedade brasileira uma estrutura de propriedade da terra, de produção e de renda no meio rural hegemônica pelo modelo do agronegócio que está criando problemas estruturais gravíssimos para o futuro. Vejamos: 85% de todas as melhores terras do Brasil são utilizadas apenas para soja/ milho; pasto, e cana-de-açúcar. Apenas 10% dos proprietários rurais, os fazendeiros que possuem áreas acima de 500 hectares, controlam 85% de todo o valor da produção agropecuária, destinando-a, sem nenhum valor agregado, para a exportação. O agronegócio reprimarizou a economia brasileira. Somos produtores de matérias-primas, vendidas e apropriadas por apenas 50 empresas transnacionais que controlam os preços, a taxa de lucro e o mercado mundial. Se os fazendeiros tivessem consciência de classe, se dariam conta de que também são marionetes das empresas transnacionais,

A matriz produtiva imposta pelo modelo do agronegócio é socialmente injusta, pois ela desemprega cada vez mais pessoas a cada ano, substituindo-as pelas máquinas e venenos. Ela é economicamente inviável, pois depende da importação, anem, todos os anos, de 23 milhões de toneladas de fertilizantes químicos que vêm da China, Uzbequistão, Ucrânia etc. Está totalmente dependente do capital financeiro que precisa todo ano repassar: 120 bilhões de reais para que possa plantar. E subordinada aos grupos estrangeiros que controlam as sementes, os insumos agrícolas, os preços, o mercado e ficam com a maior parte do lucro da produção agrícola. Essa dependência gera distorções de todo tipo: em 2012 faltou milho no Nordeste e aos avicultores, mas a Cargill, que controla o mercado, exportou 2 milhões de toneladas de milho brasileiro para os Estados Unidos. E o governo deve ter lido nos jornais, como eu... Por outro lado, importamos feijão-preto da China, para manter nossos hábitos alimentares.

Esse modelo é insustentável para o meio ambiente, pois pratica a monocultura e destrói toda a biodiversidade existente na natureza, usando agrotóxicos de forma irresponsável. E isso desequilibra o ecossistema, envenena o solo, as águas, a chuva e os alimentos. O resultado é que o Brasil responde por apenas 5% da produção agrícola mundial, mas consome 20% de todos os venenos do mundo. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) revelou que a cada ano surgem 400 mil novos casos de câncer, a maior parte originária de alimentos contaminados pelos agrotóxicos. E 40% deles irão a óbito. Esse é o pedágio que o agronegócio das multinacionais está cobrando de todos os brasileiros! E atenção: o câncer pode atingir a qualquer pessoa, independentemente de seu cargo e conta bancária.

Uma política de reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras para os pobres. Isso pode ser feito de forma emergencial para resolver problemas sociais localizados. Embora nem por isso o governo se interesse. No atual estágio do

capitalismo, reforma agrária é a construção de um novo modelo de produção na agricultura brasileira. Que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola com outros parâmetros. Em agosto de 2012, reunimos os 33 movimentos sociais que atuam no campo, desde a Contag, que é a mais antiga, MST, Via Campesina, até o movimento dos pescadores, quilombolas, etc., e construímos uma plataforma unitária de propostas de mudanças. É preciso que a agricultura seja reorganizada para produzir, em primeiro lugar, alimentos saudáveis para o mercado interno e para toda a população brasileira. E isso é necessário e possível, criando políticas públicas que garantam o estímulo a uma agricultura diversificada em cada bioma, produzindo com técnicas de agroecologia. E o governo precisa garantir a compra dessa produção por meio da Conab.

A Conab precisa ser transformada na grande empresa pública de abastecimento, que garanta o mercado aos pequenos agricultores e entregue no mercado interno a preços controlados. Hoje já temos programas embrionários como o PAA (programa de compra antecipada) e a obrigatoriedade de 30% da merenda escolar ser comprada de agricultores locais. Mas isso está ao alcance agora de apenas 300 mil pequenos agricultores e está longe dos 4 milhões existentes.

O governo precisa colocar muito mais recursos em pesquisa agropecuária para alimentos e não apenas servir às multinacionais, como a Embrapa está fazendo, em que apenas 10% dos recursos de pesquisa são para alimentos da agricultura familiar. Criar um grande programa de investimento em tecnologias alternativas, de mecanização agrícola para pequenas unidades e de pequenas agroindústrias no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Criar um grande programa de implantação de pequenas e médias agroindústrias na forma de cooperativas, para que os pequenos agricultores, em todas as comunidades e municípios do Brasil, possam ter suas agroindústrias, agregando valor e criando mercado aos produtos locais. O BNDES, em vez de seguir financiando as grandes empresas com projetos bilionários e concentradores de renda, deveria criar um grande programa de pequenas e médias agroindústrias para todos os municípios brasileiros.

Já apresentamos também ao governo propostas concretas para um programa efetivo de fomento à agroecologia e um programa nacional de reflorestamento das áreas degradadas, montanhas e beira de rios nas pequenas unidades de produção, sob controle das mulheres camponesas. Seria um programa barato e ajudaria a resolver os problemas das famílias e da sociedade brasileira para o equilíbrio do meio ambiente.

Infelizmente, não há motivação no governo para tratar seriamente esses temas. Por um lado, estão cegos pelo sucesso burro das exportações do agronegócio, que não tem nada a ver com projeto de país, e, por outro lado, há um contingente de técnicos bajuladores que cercam os ministros, sem experiência da vida real, que apenas analisam sob o viés eleitoral ou se é caro ou barato... Ultimamente, inventaram até que seria muito caro assentar famílias, que é necessário primeiro resolver os problemas dos que já têm terra, e os sem-terra que esperem. Esperar o quê? A Bolsa Família, o trabalho doméstico, migrar para São Paulo?

Presidenta Dilma, como a senhora lê a Carta Capital, espero que leia este artigo, porque dificilmente algum puxa-saco que a cerca o colocaria no clippings do dia.

Assim como a Reforma Agrária deve ser impulsionada como uma das principais reivindicações dos trabalhadores, em um Programa de Transição, assim também o Esporte para Todos deve ser uma reivindicação assumida no Programa. Mas para avançarmos nesta compreensão seriam necessários mais estudos, pesquisas, formação de professor de Educação Física. Está aí o papel estratégico da UFBA. Está aí a relevância de criarmos o Instituto de Ciências do Esporte e instalarmos o Complexo Esportivo Educacional da UFBA, mas tais projetos, assim como a Reforma Agrária, não conseguem avançar. O que avança é a investida do capital para se apropriar dos fundos públicos inclusive com a intensificação do trabalho docente nas universidades públicas. Acorda UFBA...

Continuemos...

Disponível em: RASCUNHO DIGITAL. <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/> Acesso em: 14 de maio de 2013.